

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDONIA

CNPJ: 05.896.444/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO-RO, foi fundado em 01 de janeiro de 1986, com a finalidade de supervisionar e fiscalizar o exercício da Odontologia em Rondônia, bem como a supervisão da ética profissional em todo o Estado, conforme Art. 9º da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, em conjunto com o Conselho Federal e os demais CRO's, constituindo uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público.

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, o CRO-RO funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Decisão CFO 58/2016.

A Sede do Conselho está localizada na Rua Duque de Caxias, 508, Bairro Caiari – CEP: 76.801-170 Porto Velho-RO.

Os Conselhos gozam de imunidade tributária conforme § 2º do art. 150 da Constituição Federal de 1.988.

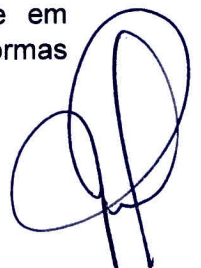
A sua principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o estado de Rondônia, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Principais Diretrizes Contábeis

As diretrizes contábeis da Contabilidade do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO/RO, foram elaboradas em conformidade com a Lei Nº. 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64, e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público NBCASP).



Base de Mensuração

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Transações sem Contraprestação

Ao contrário do que ocorre no setor privado, a maior parte das variações patrimoniais aumentativas do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, decorrem de transações sem contraprestação.

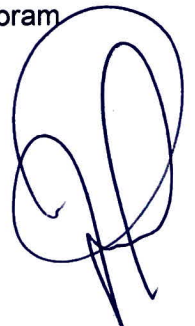
Sua principal fonte de recursos é o recolhimento de anuidades pagas pelos profissionais e organizações odontológicas inscritos, sendo que 1/3 dessa renda é creditada ao Conselho Federal de Odontologia (CFO) a título de cota-parte.

Transferências de Recursos Mediante Convênio

Em 30 de novembro, houve uma renovação no termo de convênio relacionado ao Programa de Fortalecimento das Atividades de Fiscalização, estabelecido entre o Conselho Federal de Odontologia (CFO) e o Conselho Regional de Odontologia de Rondônia (CRO-RO).

No ano de 2023, o CRO-RO foi contemplado com a quantia de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) em decorrência deste convênio. Adicionalmente, um valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) foi destinado ao conselho para apoiar as atividades comemorativas relacionadas ao Dia Nacional do Cirurgião-Dentista.

As prestações de contas referentes a esses convênios foram enviadas de forma regular ao Conselho Federal de Odontologia, onde passaram pelo processo de análise e foram aprovadas sem ressalvas.



Provisões para Contingências

O CRO-RO não fez no decorrer do exercício de 2023, nenhuma provisão para contingências cíveis e ou trabalhistas, em razão de não haver nenhum processo cível ou trabalhista em andamento no Conselho.

Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

a) Balanço Patrimonial:

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido)

1. ATIVO**1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo CRO-RO, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Descrição	2023	2022
Bancos Conta Movimento	0,00	54.656,81
Bancos c/ Arrecadação	0,00	8.853,27
Disponibilidade em Trânsito	15.487,35	0,00
Bancos Aplicação Financeira	488.507,23	379.423,44
TOTAL	503.994,58	442.933,52

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil), e em fundo de investimentos de Renda Fixa - CDBDI. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

1.2. Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber refere-se a provisão anuidades do exercício de pessoa física e pessoa jurídica registrados no CRO-RO.

Os valores foram contabilizados por meio da informação do sistema IMPLANTA módulo SISCRAF.NET.

Descrição	2023	2022
Créditos a Receber	0,00	439.560,18
Anuidades Pessoa Física	404.061,25	
Anuidades Pessoa Jurídica	98.444,75	
TOTAL	502.506,00	453.618,20

1.3. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Corresponde à valores a receber relativos a adiantamentos a tributos a recuperar e outros créditos. A seguir, apresenta-se o detalhamento:

Descrição	2023	2022
Tributos a Recuperar	2.372,39	2.372,39
Outros Créditos	5,43	0,00
TOTAL	2.377,82	2.376,39

1.4. Realizável a Longo Prazo

O saldo demonstrado no grupo corresponde a anuidades pessoa física e pessoa jurídica, dos exercícios 2017 a 2022, registrados no CRO-RO.

Para a contabilização dos valores pertinentes aos exercícios financeiros mencionados, utilizou-se como fonte de dados o sistema IMPLANTA, especificamente através do módulo SISCAF.NET.

Destaca-se que não houve o registro contábil dos débitos que antecedem o ano de 2017.

Descrição	2023	2022
Créditos a Receber	0,00	1.063.289,54
Anuidade a Receber Exerc. Ant	1.066.076,72	
TOTAL	1.066.076,72	1.037.000,25

1.5. Valores a Restituir

O saldo apresentado reflete débitos bancários oriundos de movimentações financeiras que não seguiram integralmente os critérios estipulados pela Resolução nº 01/2015 do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia (CRO-RO). Esta resolução define e normatiza os procedimentos para a concessão de diárias e ajuda de custo, além de estabelecer outras diretrizes pertinentes à administração pública.

Os Valores movimentados indevidamente compõem da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Valores a Restituir	392.251,10	392.251,10
TOTAL VALORES A RESTITUIR	392.251,10	392.251,10

1.6. Imobilizado

O ativo Imobilizado da entidade está categorizado em dois grupos: bens móveis e imóveis. Estão registrados contabilmente com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares para serem postos em operação.

Foram realizados ajustes significativos na classificação do ativo imobilizado. Durante um processo de auditoria conduzido pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), identificou-se que determinados bens não estavam alocados na categoria apropriada de ativo imobilizado, conforme as normas contábeis vigentes.

Em resposta a essa constatação, em julho, procedeu-se à realização de um inventário detalhado dos itens imobilizados, com o objetivo de corrigir as discrepâncias identificadas. Essa ação envolveu a realocação de bens para as contas corretas, assegurando assim que a classificação do ativo imobilizado refletisse de maneira precisa a realidade dos bens da entidade, em conformidade com os princípios contábeis.

Os bens que integram o imobilizado estão assim distribuídos:

Descrição	2023	2022
BENS MÓVEIS		
Veículos	0,00	131.313,40
Máquinas, Motores e Aparelhos	46.247,72	61.459,83
Mobiliário em Geral e Utensílio p/ Escritório	131.234,67	231.228,00
Computadores e Periféricos	101.146,31	105.759,17
Aparelhos e Equip. de Comunicação	27.650,84	
Aparelhos Para Áudio, Vídeo e Foto	18.067,37	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.389,00	
TOTAL BENS MÓVEIS	326.735,91	529.760,40
BENS IMOVEIS		
Edifícios	0,00	359.628,92
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	359.628,92	
TOTAL BENS IMÓVEIS	359.628,92	359.628,92
TOTAL BENS MOVEIS + IMOVEIS	647.579,41	889.389,32
(-) Depreciação Acumulada	(281.055,42)	(241.810,18)
Saldo no Final do Exercício	405.309,41	647.579,14

1.7. Depreciação

As depreciações dos bens adquiridos serão registradas a partir do mês subsequente à aquisição e à instalação, conforme demonstrado na tabela abaixo, o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Vida útil dos Bens

Descrição	Vida Útil (Anos)	Taxa Depreciação
Veículos	05	20%
Maquinas Motores e Aparelhos	10	10%
Mobiliário em Geral e Utensílio p/ Escritório	10	10%
Computadores e Periféricos	05	20%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	05	20%
Aparelhos Para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	05	20%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10	10%

2. PASSIVO**2.1. Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar**

Neste grupo apresenta as obrigações de curto prazo com folha de pagamento e encargos sociais, impostos retidos a recolher:

Descrição	2023	2022
Pessoal a Pagar	0,00	16.316,71
IRRF a Recolher	176,92	176,92
Total	176,92	16.493,63

2.2. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, o CRO-RO não apresentou saldo de fornecedores e contas a pagar:

Descrição	2023	2022
Restos a Pagar	0,00	23.451,21
Total	0,00	23.451,21

2.3. Obrigações Fiscais

No grupo apresenta os valores de impostos retidos a recolher:

Descrição	2023	2022
Obrigações Fiscais	698,78	31,51
Total	698,78	31,51

2.4. Provisões a Curto Prazo

No grupo de provisões, são registrados os valores lançados a título de provisões de férias e 13º salário, que são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo Sistema de Folha de Pagamento:

Descrição	2023	2022
Provisões	66.371,94	39.178,51
Total	66.371,94	39.178,51

2.5. Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente, conforme segue:

Descrição	2023	2022
Superavit Exercicios Anteriores	2.908.830,81	2.875.031,55
Resultado Patrimonial	-103.562,82	33.799,26
Total	2.805.267,99	2.908.830,81

b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas (receitas) e diminutivas (despesas). O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP, conforme demonstrado a seguir:

Resultado Patrimonial	2023	2022
Varição Patrimonial Aumentativa	2.751.360,90	2.429.860,79
(-) Variação Patrimonial Diminutiva	- 2.854.923,72	- 2.396.061,53
Déficit/Superávit Patrimonial	-103.562,82	33.799,26

c) Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário é um documento que apresenta uma comparação detalhada entre as receitas orçadas e efetivamente realizadas e as despesas autorizadas e efetivamente executadas ao longo de um ano fiscal. Este documento também reflete ajustes no orçamento anual, decorrentes da inclusão de créditos adicionais. A diferença resultante entre o total de receitas arrecadadas e o total de despesas empenhadas determina o resultado orçamentário, que pode indicar um superávit, evidenciando um excesso de recursos em relação às despesas, ou um déficit, demonstrando uma insuficiência de recursos para cobrir as despesas comprometidas.

As receitas registradas no Balanço Orçamentário incluem, mas não se limitam às arrecadações provenientes de anuidades, taxas de inscrições, emissões de carteiras profissionais e certidões, além de receitas oriundas da prestação de serviços, como o credenciamento de cursos de especialização, entre outras fontes. Adicionalmente, as receitas financeiras complementam essas arrecadações.

Dentro da categoria de receitas de capital, destaca-se o montante de R\$ 153.962,59, correspondente à indenização recebida de seguradora pelo sinistro de perda total de um veículo oficial, após envolvimento em acidente. Este valor representa um aporte significativo, contribuindo para o montante total de receitas no período em análise.

Resultado Orçamentário	2023	2022
Receitas (corrente + capital)	2.682.725,31	2.417.629,53
Despesas (corrente + capital)	-2.581.597,32	-2.355.626,77
Superávit Orçamentário	101.127,99	62.002,76

d) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor

gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações existentes no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extra orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

Demonstração do Fluxo de Caixa	2023	2022
Ingressos		
Receita Corrente	2.528.762,72	2.417.629,53
Ingressos Extraorçamentários	233.983,52	16.746,14
Desembolsos		
Crédito Empenhado Pago (Despesa Corrente)	2.568.520,36	2.260.318,76
Desembolsos Extraorçamentários	274.050,45	19.641,56
Apuração do Fluxo de Caixa nas Atividades	-79.824,57	154.415,35
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Alienação de Bens Móveis	153.962,59	
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 13.076,96	- 71.856,80
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	140.885,83	- 71.856,80
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	61.061,06	82.558,55
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	442.933,52	360.374,97
Caixa e Equivalente de Caixa Final	503.994,58	442.933,52

3. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

3.1 Considerações gerais e políticas

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CRO-RO.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas.

Toda a movimentação financeira é realizada pela Gerência Financeira após a autorização dos ordenadores de despesas, sempre dois no mínimo

3.2 Risco de Crédito

Em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em fundos específicos para o setor público através do Banco do Brasil S/A.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

a) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados em instituição financeira confiável, cujos prazos de vencimento são de curto prazo.

3.3 Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos vinculados a títulos públicos, com insignificante margem de alteração.

3.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

Porto Velho-RO, 14 de fevereiro de 2024.


RONALDO MARCELO HELLA
CRCRO nº 3.012/O-9
CPF: 873.025.869-34